



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO : RECURSO DE AGRAVO  
PROCESSO : 190874-9/01  
COMARCA : RECIFE/PE-9ª VARA CÍVEL  
AGRAVANTE(S) : SONY DO BRASIL LTDA  
AGRAVADO (S) : TGI CONSULTORIA E GESTÃO S/A  
RELATOR : Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL, VEZ QUE MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL, DIANTE DE SUA DESERÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE SE IMPÕE - NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **RECURSO DE AGRAVO** nº **0190874-9/01**, interposto por **SONY DO BRASIL LTDA** contra **TGI CONSULTORIA E GESTÃO S/A**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO**, em conformidade com os termos do voto do Relator e notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante do acórdão.

Recife, 15 de 12 de 2009.

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO  
Relator



32 25  
8

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO : **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO : **190874-9/01**  
COMARCA : **RECIFE/PE- 9ª VARA CÍVEL**  
AGRAVANTE(S) : **SONY DO BRASIL LTDA**  
AGRAVADO (S) : **TGI CONSULTORIA E GESTÃO S/A**  
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**RELATÓRIO**

**SONY DO BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos, por seu bastante procurador, interpôs o presente **RECURSO DE AGRAVO**, inconformado com a decisão terminativa de minha lavra, que negou seguimento ao Agravo de Instrumento de nº 190.874-9, diante de sua manifesta deserção, vez que o preparo não foi feito concomitantemente à data da interposição do recurso.

Inconformada com a referida decisão, alega a parte Agravante que seria admissível a juntada posterior do preparo, no primeiro dia útil seguinte à interposição do recurso, conforme jurisprudência pacificada no STJ, na hipótese do horário do expediente bancário já ter se expirado.

Requeru fosse exercido o juízo de retratação, de modo a ser conhecido o Agravo de Instrumento, e, na hipótese em contrário, fosse o recurso trazido à mesa de julgamento, oportunidade em que requer seja dado provimento ao presente recurso.

Recife, 11 de 12 de 2009.

  
**SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Des. Relator



33 26  
sp

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO : **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO : **190874-9/01**  
COMARCA : **RECIFE/PE- 9ª VARA CÍVEL**  
AGRAVANTE(S) : **SONY DO BRASIL LTDA**  
AGRAVADO (S) : **TGI CONSULTORIA E GESTÃO S/A**  
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**VOTO DO RELATOR**

Do detido exame do recurso em tela, tenho que não há elementos suficientes que motivem a modificação de minha decisão, uma vez que as razões expostas pelo Recorrente destoam da realidade fática que apresentou no Agravo de Instrumento, pelo que transcrevo trecho final de minha decisão, senão vejamos :

*"...Passando a examinar as condições de admissibilidade recursal, tenho que há óbice intransponível ao seu (dele) conhecimento, uma vez que, sem sombra de dúvidas, o recurso foi efetivamente interposto no dia 11 de junho do corrente ano, enquanto o seu preparo só feito no dia seguinte, ou seja, dia 12 de junho de 2009, bastando apenas observar a chancela judicial do protocolo de fls. 02 e a guia de preparo de fls. 138 dos autos.*

O comando legal do art. 511, Caput, do Estatuto Processual Civil, quando trata dessa questão, assim arremata :

**"No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive, porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção."**

Neste sentido é a orientação do STJ:

33-12 27  
88

**PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - INTERPOSIÇÃO - CUSTAS JUDICIAIS - FALTA DE RECOLHIMENTO - ART. 511 DO CPC - DESERÇÃO.**

É deserto o recurso de embargos de divergência cuja interposição venha desacompanhada do respectivo preparo (art. 511 do CPC), devendo o recolhimento das custas judiciais ser feito no seu ato de interposição.

Precedentes: AgRg nos EREsp 938.561/AL, Rel. Min.

Felix Fischer, Corte Especial, DJe 30.3.2009; AgRg na Pet 6579/SP, Corte Especial, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe 3.11.2008.

Agravo regimental improvido.

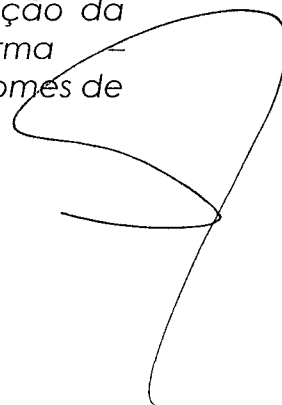
(AgRg nos EREsp 914.871/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2009, DJe 25/05/2009)

Outrossim, apenas para expungir as razões expostas pela Agravante, quando de sua petição de fls. 136/137, que o seu prazo recursal só se expiraria no dia 15 de junho de 2009, tenho a dizer que em nada altera a circunstância fática ora presenciada, pois é de se assinalar que a presença da preclusão consumativa, pois o preparo deveria ter sido feito no ato da interposição, pouco importando se ainda remanesca prazo para o seu aforamento.

Por oportuno, trago à colação, excerto jurisprudencial do STJ, senão vejamos :

**PROCESSUAL. PREPARO. ART. 511 DO CPC. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. DENTRO DO PRAZO RECURSAL. ORIENTAÇÃO DA CORTE ESPECIAL.**

- O recorrente deve comprovar o preparo no momento do ingresso do recurso, ainda que remanesça prazo para sua interposição, sob pena de deserção. Orientação da Corte Especial. ( STJ - 3ª Turma - AgRg no Ag 471502 / RJ - Rel. Min. Humberto Gomes de Barros - j. 26.10.2006



34 ~~28~~  
88

Com essas considerações, tenho que o presente Agravo de Instrumento, é manifestamente inadmissível, ante a ausência do preparo, razão porque **NEGO SEGUIMENTO** ao mesmo, à luz do que dispõe o art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco c/c os art. 511, Caput, c/c o art. 557, ambos do Estatuto Processual Civil.

À luz de tais considerações, e, como disse antes, não enxergando qualquer fato novo que possa ensejar a modificação de minha decisão, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 12 de 12 de 2009.

  
**SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Des. Relator